

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

#### 3.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.  
Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-  
se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 185ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 9 de Outubro de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Pol — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada a apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 223-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 207-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade nesta Capital. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 10, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 224-73.

Levanta-se a Sessão

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 186ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 9 de Outubro de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 164-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei que concede o título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao jornalista João Milanez. — Projeto de Lei n.º 197-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 199-73.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ata dos tra-

balhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão David Lázaro Pierro, ocorrido num acidente automobilístico.

Requer, outrossim, após a aprovação deste, se dê ciência à família enlutada, assim como ao Rotary Club de Jataizinho.

David Lázaro Pierro, era um cidadão conceituado na cidade de Jataizinho, onde exercia suas atividades liberais e participava ativamente de todas as atividades sociais e cívicas da comunidade e exercia atualmente a Presidência do Rotary Club de Jataizinho, deixando uma lacuna irreparável no seio da comunidade de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Francisco Escorsin

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de aplausos e congratulações ao Governador Emílio Gomes e ao Ministro Mario Andreazza, dos Transportes, pela inauguração, nesta data, do trecho Apucarana-Mauá, da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Santos Lima

**JUSTIFICATIVA:**

Como representante do Município de Apucarana, nesta Casa, é com satisfação imensa que registramos hoje, a inauguração do trecho Apucarana-Mauá, da Estrada de Ferro Central do Paraná. E, nesta oportunidade, queremos, também, formular votos para que a referida Estrada seja concluída, o mais breve possível, estabelecendo, assim, um vínculo maior entre a nossa cidade de Apucarana e Ponta Grossa e, ao mesmo tempo, proporcionando mais intenso desenvolvimento de nosso Estado.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo ao jornal "O Progresso Regional", de Cambará.

Outrossim, aprovado o presente, requeiro ainda, oficie-se ao Sr. Celestino Segantini, Diretor Responsável, cumprimentando-o e a seus colaboradores pelo brilhante trabalho na edição do jornal "O Progresso Regional" que se constitui num importante veículo de informação da progressista Região de Cambará.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

1 — o elevado sentido humano da reportagem publicada na edição de hoje do jornal "Diário do Paraná" — DP Especial — sob o título "Na rua Dna. Rosa Gritava. Sua casa estava em chamas" contendo a participação voluntária de jovens de Curitiba no salvamento de vítimas de incêndio ocorrido no último sábado nesta cidade;

2 — a necessidade deste Poder Legislativo em enaltecer gestos de alta significação como o que relata na referida reportagem, onde, caracterizadamente se observa calor humano e heroísmo,

Requeiro à Mesa, regimentalmente:

a — a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, a reportagem acima referida;

b — a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje de elogio especial a Roberto Teixeira de Freitas, Saulo José da Silva, José da Silva e João José Werbitzki, autores do ato humanitário.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados e ao jornalista Adherbal Stresser, Diretor do "Diário do Paraná".

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — a iniciativa em promover em Curitiba a Primeira Convenção de Emissores de Rádio do Paraná, reunindo dirigentes de rádio de inúmeros Municípios do Estado;

2 — a importância da rádio-difusão como meio eficaz de prestar relevantes serviços de utilidade pública à comunidade paranaense;

3 — os objetivos a que se propõem os organizadores da Convenção em promover uma unificação maior entre os dirigentes de emissoras de rádio, simultaneamente a estudos objetivos propondo soluções aos mais significativos problemas.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, um Voto de regozijo pela realização em Curitiba, da Primeira Convenção das Emissoras de Rádio do Paraná, cumprimentando seus organizadores pela iniciativa.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, às pessoas dos Srs. Dorival Viana, Roberto Peixoto de Souza e Sergio Fraga.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer:

O Grupo Escolar Newton Guimarães, da cidade de Londrina, estabelecimento de ensino que abriga cerca de 500 crianças, encontra-se em péssimo estado de conservação. Classes com goteiras, assoalho deteriorado, vidraças quebradas, corredores tomados pelas águas em dias chuvosos, causam transtornos a alunos e professores impedindo-os de exercerem suas atividades normais.

Sabe-se que a solução definitiva seria a construção de novo edifício, já que o atual construído há mais de 25 anos não reúne condições indispensáveis, sobretudo para que se aplique os novos métodos da reforma educacional.

Considerando que o referido estabelecimento de ensino é Estadual, solicita-se providências imediatas do Governo do Estado, para sanar tais dificuldades.

Outrossim, solicita-se seja dado ciência ao Exmo. Senhor Secretário da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Álvaro Dias



## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a designação de uma Comissão de três Senhores Deputados, para representar a Assembléia no 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, a realizar-se em Londrina, de 21 a 27 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

## PROJETO DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 227-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O art. 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22 de junho de 1973, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 53 — No caso de vaga, impedimento ou licença de Vereador, o Presidente convocará imediatamente o suplente.

§ 1.º — O suplente convocado deverá tomar posse dentro de trinta dias.

§ 2.º — Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de quarenta e oito horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.”

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Alvaro Dias

## JUSTIFICAÇÃO:

A presente alteração está baseada na lei orgânica de São Paulo, que abriga dispositivo idêntico. Não é somente por ser adotado em São Paulo, que se recomenda a inclusão na Lei Orgânica dos Municípios paranaenses, mas sobretudo porque a sua legitimidade e constitucionalidade foram proclamadas pelo Supremo Tribunal Federal, julgando representação contra a mencionada norma (cf. Diário da Justiça — 11-8-72 — pgs. 5.123).

Os benefícios políticos da medida são inegáveis, uma vez que, assim, a composição numérica das Câmaras Municipais pode ser mantida íntegra, apesar dos impedimentos ou vagas eventualmente existentes.

Ganha com isso o povo, que estará todo sempre representado e a Câmara que, poderá exercer suas funções em plenitude.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70-73

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica a Comissão Executiva autorizada a compor Comissão Parlamentar, assessorada por dois jornalistas da Casa, para representar o Poder Legislativo do Paraná em visita a Hyogo — Japão, atendendo convite do Governador e do Presidente da Assembléia Legislativa daquela Província.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão por verbas próprias do Orçamento desta Assembléia, autorizados os créditos necessários.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de outubro de 1973.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA: Quando de recente visita ao Paraná, o Governador e o Presidente do Parlamento da Província de Hyogo — Japão, formularam convite oficial a esta Assembléia para que se fizesse representar em estado, naquele País, manifestando, na oportunidade, o elevado interesse das autoridades japonesas em colocar parlamentares paranaenses em contato com o empresário local, para esclarecimentos sobre as condições de atratividade favorecidas por nosso Estado ao capital estrangeiro e a novas indústrias.

O convite oficial, em termos diplomáticos, implica na obrigação do anfitrião em arcar com as despesas de hospedagem. O fato, além de desobrigar este Poder Legislativo de ônus financeiros, limitando-os ao pagamento de passagens aéreas, realça o alto interesse do Governo japonês nessa visita.

Sendo notório o empenho do Japão em trazer investimentos para a América Latina, torna-se o convite indeclinável, visto dar oportunidade de atrair para o Estado recursos importantes para industrialização e desenvolvimento econômico.

Quando da recente viagem de missão comercial, chefiada pelo Secretário dos Negócios do Governo, notou-se uma falha, qual seja a ausência de elementos credenciados a estabelecer com os veículos de comunicação japoneses um fluxo de informações constante sobre nosso Estado e suas potencialidades. Daí a inclusão de funcionários jornalistas na Comitiva. Além do assessoramento aos Senhores Deputados, durante a viagem, teriam por atribuição procurar os meios de comunicação para, junto a eles, estabelecer um esquema de divulgação visando os interesses paranaenses.

Finalmente, teria a Comissão Parlamentar, no plano político, a alta missão de reforçar perante autoridades japonesas a imagem do Brasil de hoje, corrigindo, onde fosse o caso, as falsas informações divulgadas com insistência no exterior por agentes da subversão interessados em difamar o sistema político e a posição sócio-econômica post-revolucionários.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

No dia 2 do corrente mês tivemos oportunidade de focalizar desta Tribuna, gravíssimo problema de terra da Região Oeste, mais propriamente, do Município de Cascavel, com respeito a duas glebas de terras com aproximadamente 6.000 alqueires, que estão completamente tomadas por posseiros, possuidores, muitos deles, a grande maioria, possuidores de boa fé.

Na ocasião requeremos, e esta Augusta Casa aprovou, envio de Telex ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura e Excelentíssimo Sr. Presidente do INCRA, no sentido de que determinassem, aquelas dignas autoridades, um levantamento, um estudo para a solução imediata e urgente de um grave problema que se arrasta há longos anos e que vem cobrindo de sangue aquelas terras férteis do Oeste do Paraná, queimas, constantemente, de casas de colonos, mortes, emboscadas, enfim, um pânico que lava naquela Região há longos anos, sem qualquer interesse, atendimento ou solução por parte dos poderes competentes.

Não admitimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo Federal possuindo um órgão que tem função específica e a obrigação de interferir e resolver em casos como este, que seria o caso do INCRA instituição criada com sua filosofia administrativa voltada à solução dos problemas agrários do

nosso País, não tenha tido até a presente data uma atitude para resolver tão graves e cruciantes problemas que envergonham a todos nós brasileiros.

Aquelas terras, frequentemente, são invadidas por jagunços fortemente armados que levam o pânico e a desgraça ao meio rural, a centenas, milhares de colonos destas glebas que a possuem de boa fé, que estão fixados ao solo, trabalhando a terra e dela tirando o sustento próprio e o de suas numerosas famílias.

Recebemos hoje daquela Região uma Comissão de colonos que veio a esta Assembléia, encaminhada pelo Prefeito Municipal de Cascavel, conforme documento que aqui exibimos e nos trouxeram um relato por escrito da situação que lava naquelas terras. Também um pedido de um comerciante daquela Região, Sr. Vicente de Conto, para que intercedamos junto às autoridades competentes no sentido de que se tome uma atitude, se proceda um estudo para a solução de tão angustiante problema.

Na oportunidade, nada mais nos cabe fazer, eis que há poucos dias nos manifestamos desta Tribuna e foi endereçado por esta Assembléia pedido, cuja cópia está em nossas mãos, às autoridades federais.

Pedimos hoje, respeitosa e encarecidamente ao Sr. Líder do Governo que receba de nossas mãos este Expediente e o leve pessoalmente, junto às nossas súplicas, ao Governo do Estado para que S. Exa., Chefe do Executivo em nosso Município, que tem o dever sagrado de zelar pelo sossego, pela paz social, tome as providências indispensáveis à ordem, ao bem estar e ao progresso de nosso Estado, através dos órgãos competentes estaduais, porque, através dos órgãos competentes da União, pelo INCRA, não se conseguiu esta solução tão almejada e querida por milhares de famílias.

Será que essas milhares de famílias que lá estão regando o solo com seu suor, não têm direito ao atendimento que o Governo do Estado tem o compromisso de fazer? Será que essas famílias, esses homens, essas mulheres, essas crianças não são brasileiros?

E o que queremos dizer desta Tribuna e solicitamos, mais uma vez, encarecidamente, ao Sr. Líder do Governo que receba de nossas mãos este Expediente e se possível, consiga uma audiência para que o Sr. Governador do Estado tenha a oportunidade de ouvir de viva voz desses colonos suas larmúrias, suas lamentações, aquilo que desejam para que possam continuar a dar o sustento a suas numerosas famílias e construir o progresso desta Pátria que tanto precisa disto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, na oportunidade, de apresentar o seguinte Projeto de Lei: (Lê):

“Art. 1.º — Os benefícios do art. 3.º da Lei nº 156, de 2 de outubro de 1970, se aplicam aos demais ocupantes de cargos de nível universitário do mesmo órgão, desde que se dediquem a horário de tempo integral.

Parágrafo único — O valor correspondente a referida gratificação será incorporado aos proventos de aposentadoria do funcionário que a tiver percebido por mais de três anos.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: — Considerando-se a essencialidade, complexidade e responsabilidade de determinadas funções, cargos ou atribuições, bem como a natureza dos trabalhos afetos peculiarmente ao órgão rodoviário estadual, que exige uma constante e efetiva aceleração das suas inúmeras atividades e tarefas, no propósito de estudar o aspecto econômico, financeiro, técnico e legal dos contratos de empreitada de novas e melhores rodovias para o Paraná, por cujas vias se escoam as riquezas oriundas de nosso solo fértil e generoso, ensejando em última análise, o aumento de arrecadação aos cofres públicos;

Considerando-se que os benefícios da Lei nº 6.156, de 2 de outubro de 1970, art. 3.º, muito contribuiu para o desenvolvimento dos cargos técnicos, resultando no incentivo à dinâmica das atribuições inerentes ao órgão rodoviário;

Considerando-se ser necessário aplicar-se tais benefícios aos demais ocupantes de cargos de nível universitário que dediquem seu tempo integral ao órgão rodoviário estadual, evitando com isto a discriminação interna daqueles funcionários que possuem curso superior, eis que, persistindo, ocasiona o desajuste funcional em prejuízo do próprio serviço público, pelo desestímulo, descontentamento e diminuição do ritmo de trabalho da máquina administrativa em face das inúmeras atribuições pertinentes especificamente ao Departamento de Estradas de Rodagem, que tem a espinhosa missão de construir mais estradas e com isso contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Paraná.

A extensão dos benefícios do art. 3.º, da Lei em questão aos demais cargos de nível universitário, será uma demonstração de alto entendimento equitativo do Poder Público, corrigindo uma injustiça e propiciando o retorno desses funcionários a operosidade do organismo rodoviário, o que em parte, deve-se aos laboriosos ocupantes dos referidos cargos, cuja contribuição é imprescindível ao perfeito e normal desenvolvimento do sistema rodoviário do Estado do Paraná.

Atente-se ainda que tais benefícios, além de corrigir uma injustiça funcional e a discriminação dos cargos de nível universitário daquele órgão, implicam em despesa mínima para o erário público, em face do número reduzido de funcionários que se encontram desamparados dos efeitos da mencionada Lei.

Por todas estas razões fundamentadas e sobremaneira justas, não só pelo aspecto humano, mas também por se tratar de medida de equidade funcional, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares à presente Proposição.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi das mãos do Exmo. Sr. Deputado Iris Caldart, fotocópia de expedientes encaminhados à S. Exa. por posseiros das glebas Alvorada do Oeste, da Paz, e Cielito, todos Municípios de Cascavel. Informou S. Exa. o Deputado Iris Caldart que se houver interesse por parte de S. Exa. o Sr. Governador, o receberá na quinta-feira às 11 horas da manhã, podendo com ele debater o assunto, já do conhecimento de V. Exa., porquanto o problema é idêntico a outros existentes em glebas diferentes da Região Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

Sabemos que a solução não depende tão somente do empenho da admi-



nistração do Estado do Paraná, porquanto envolve problemas que estão, na maioria dos casos, "sub judice" à espera do pronunciamento da justiça.

Outros casos estão situados em regiões consideradas faixa de fronteira, sob a responsabilidade do Governo Federal, dependendo, portanto, de solução que emana dos órgãos que representam o Governo da União.

Como todos nós sabemos, a preocupação do Governo do Estado é manter a tranquilidade, a ordem e a paz social no território paranaense, e haverá de gestinar, robustecendo os apelos do Deputado Iris Caldart, no sentido de que problemas dessa natureza tenham apressadas suas soluções.

(Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados. No início deste ano, com a entrada em vigor da nova Lei Orgânica do I.C.M., milhares de notificações foram expedidas pelo Fisco Estadual aos contribuintes que não cumpriam uma de suas normas, a que determinava a apresentação mensal da Guia de Informação. Naquela oportunidade embora a Secretaria da Fazenda procurasse o cumprimento de um dispositivo já existente desde 1971, uma onda de protestos se levantou em nosso Estado.

Hoje, aquele problema está sendo completamente superado. E eu quero historiar aqui, nesta Casa onde os protestos dos contribuintes paranaenses repercutiram intensamente, as razões que orientaram a ação das autoridades fazendárias, bem assim as medidas adotadas. Medidas que visaram antes de tudo o estabelecimento de uma política tributária justa, e que jamais poderá ser executada se o Fisco não obter as informações necessárias ao seu trabalho.

O sistema de controle da arrecadação através do processamento eletrônico de dados, a exemplo do implantado pela União em relação dos tributos federais, vem sendo adotado no Estado há algum tempo, progressivamente. Não só para o Poder Público esse trabalho é importante. Ao contrário, do seu êxito depende a defesa dos mais legítimos interesses dos contribuintes paranaenses. Eu explico porque.

Somente com o estabelecimento de um controle perfeito sobre a arrecadação, o Fisco poderá acompanhar mês a mês os créditos de cada contribuinte, preservando a exatidão dos lançamentos. Da mesma forma, terá condições para fazer uma perfeita previsão de receita, que irá orientar os gastos do Governo. Da análise dos dados colhidos teremos ainda a visão correta do comportamento da economia estadual, de cuja avaliação saem as diretrizes para a ação dinamizadora do Poder Público. Enfim, a própria política tributária depende do conhecimento exato das contribuições ao erário público. pois não podemos imaginar que, nos dias de hoje, as grandes decisões desta área sejam adotadas empiricamente.

Para que esse trabalho se tornasse viável uma série de instrumentos foram criados, racionalizando por completo a administração fazendária em nosso Estado. Entre esses instrumentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Guia de Informação do ICM surgiu como o principal documento fiscal do contribuinte.

Sua implantação data de setembro de 1971, com a implantação, no Paraná, do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico Fiscais sob orientação do Governo Federal. Apesar de instituída a Guia de Informação, não havia, na legislação estadual então vigente, dispositivo que permitisse a aplicação de sanções pelo não cumprimento de exigência. Isso fez com que poucos contribuintes entregassem o documento nos prazos previstos, ou, quando muito, o faziam incorretamente, por absoluta inobservância das normas de preenchimento.

Em vista desses fatos, as autoridades fazendárias consideraram que se fazia necessária a exigência de penalidade, pois, inexistindo uma sanção para o descumprimento da obrigação, dificilmente o sistema poderia ser implantado. Assim, da mesma forma como em outros Estados da Federação, também no Paraná o não cumprimento daquela norma passou a constituir um ilícito tributário, e como tal, sujeito a multa de Cr\$ 300,00. E isto somente com a vigência da nova Lei Orgânica do ICM analisada e aprovada por esta Assembleia Legislativa na defesa do legítimo bem comum.

Quando esta medida foi adotada, não se pensou em multar. Não há intenção precipua de multar, mas sim de conseguir as informações necessárias ao bom relacionamento Fisco-contribuinte. E dessas informações a Fazenda Estadual não pode abrir mão, sob pena de comprometer todo o seu trabalho de racionalização de serviços, o qual, em última instância, virá em benefício de todos.

Pois bem. Com a adoção da penalidade, agora por força da Lei Orgânica do ICM, os computadores passaram a registrar todas as irregularidades — as incorreções no preenchimento e entregas fora do prazo — expedindo incontinenti as notificações respectivas. É muito fácil compreender isso: algumas dezenas de firmas contribuintes, tendem a cometer os mesmos erros quando não estão devidamente informadas a respeito. O volume das notificações dessa forma foi muito grande no início.

Compreendendo esta dificuldade, o Senhor Secretário da Fazenda, Engenheiro Mauricio Schulman, determinou, através de Instrução baixada nesse sentido, a ampliação do prazo de entrega da Guia de Informação. Procurava-se, com isso, facilitar o trabalho dos contribuintes.

O número de infratores, em consequência, diminuiu sensivelmente, embora não a ponto de solucionar definitivamente o problema.

Agora, uma nova medida vem juntar-se a essa, e desta vez possibilitando a que todos os contribuintes sejam isentos daquela multa. A Instrução da Secretaria da Fazenda, n.º 398173, baixada no último dia 28 de setembro, do Sr. Secretário da Fazenda, permite, aqueles contribuintes que não entreguem a Guia de Informação dentro do prazo, a isenção da multa de 300 cruzeiros, desde que compareçam na repartição fiscal antes de receber a notificação. É uma nova oportunidade para aqueles que desejam colaborar com a Fazenda. Não há um Deputado sequer, desta Casa, que não tenha recebido nos últimos meses apelos dirigidos principalmente pelos contadores representantes dos contribuintes do Interior do Estado, reclamando contra a atuação de cobrança da multa de 300 cruzeiros, quando da inobservância deste dispositivo de Lei. Agora, o Sr. Secretário da Fazenda, sensível aos reclamos dos Srs. Deputados que foram aqueles que mais insistiram junto àquela Secretaria no sentido de que se procurasse amenizar esta forma de sanção de delito fiscal, houve por bem determinar, através desta Instrução, a isenção total da importância de 300 cruzeiros quando, o contribuinte que, tendo deixado de recolher a Guia no prazo previsto confessar-se espontaneamente, e, com tal, beneficiando-se nos termos desta Resolução de acordo com nova Instrução.

Portanto, este ato de comparecimento será considerado denúncia espontânea e, como tal, isenta de multa.

Como vemos, o Fisco age sempre em consonância com os princípios já consignados em Lei. Mesmo os contribuintes já atuados pela falta de entrega da Guia poderão formular sua defesa em processo administrativo fiscal, pois, todos os Delegados Regionais da Fazenda já têm orientação para julgar estes casos, consolidando as atuações, também com base na denúncia espontânea.

Para esclarecer ainda melhor aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer a nova Instrução da Fazenda Estadual.

Pode-se dizer também, que o pagamento do ICM em conta gráfica feito fora dos prazos previstos na legislação, antes da entrega da Guia de Informação e antes da intimação para recolher em auto de infração, será caracterizado igualmente como denúncia espontânea; ficará portanto, o contribuinte, neste caso, livre da imposição de multas e assim deverá recolher apenas os acréscimos moratórios, no ato do pagamento do imposto atrasado.

Como se pode observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o trabalho que vem sendo executado pelo Governo do Estado na área das finanças públicas é de mais alta significação, suas consequências já são positivas não somente pelo expressivo aumento de arrecadação e dos recursos de investimentos públicos, mas, também, na formulação de uma política tributária equânime onde a justiça fiscal não permite as distorções que durante muito tempo sacrificaram os bons contribuintes.

Para ser justo, o Fisco precisa ser forte.

Para ser forte, precisa ser justo. Com esse objetivo, outras medidas estão sendo implementadas para, dentro de pouco tempo, facilitar ainda mais o relacionamento da administração Fazendária com os contribuintes do Paraná. Essas medidas possibilitarão a ampliação das ações fiscais de natureza educativa, para orientação do contribuinte, reduzindo-se as medidas de caráter punitivo".

Em dias da semana passada, tive a oportunidade de acompanhar o Deputado Antônio Lopes Júnior e na presença de S. Exa., como membro da Comissão Especial da Reforma da Lei Orgânica do ICM, discutir com o Sr. Secretário da Fazenda, aspectos daquela lei orgânica. E S. Exa. prontamente, dispôs-se a corrigir algumas distorções, a acatar os reclamos que em centenas, chegaram por diversas Guias às suas mãos, e prometeu S. Exa., democrata que é, que havia de comparecer a esta Assembleia para numa reunião com os Srs. Membros da Comissão Especial de Reforma do ICM, com os Srs. Membros da Comissão de Constituição e Justiça e com os Srs. Deputados, interessados na matéria, debater aspectos que visem o aprimoramento deste estatuto. O Governo do Estado agora conduzido pelo eminente homem público Dr. Emilio Gomes, está assim relacionando o diálogo Executivo e Legislativo, procurando sempre minorar as obrigações quando isto é possível, sem que signifique o enfraquecimento da máquina administrativa. S. Exa. têm e nós somos testemunhas, procurado através dos mais diferentes atos, amenizar a administração, corrigir distorções e acima de tudo discutir com os homens mais sensíveis, com os políticos, os diferentes problemas que ainda afligem os diferentes setores da vida estadual. Cumprimento, desta Tribuna, a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda Mauricio Schulman, pela iniciativa, desde que S. Exa. em contato que mantivemos ontem, adiantou-nos já haver expedido instruções a todos os Delegados da Fazenda do Interior do Estado, para que deem cumprimento imediato ao que dispõe a Instrução 398-73.

O Sr. Mauricio Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Eminente Deputado, a medida adotada por S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda realmente, veio em boa hora e demorou pouco felizmente. Deve-se ressaltar, porque V. Exa. sabe mais que ninguém, a forma pela qual a Assembleia do Estado aprovou a Lei Orgânica do ICM. Ficou na oportunidade decidido que S. Exa. iria atender as emendas que haviam sido apresentadas antes da aprovação da Lei Orgânica por parte dos Deputados desta Casa. E, posteriormente, V. Exa. também salientou, da Tribuna, dos ingentes esforços realizados pela Comissão Especial designada, a fim de apreciar as Emendas que foram submetidas à votação. Porquanto, no nosso modo de entender, a medida adotada pelo Sr. Secretário da Fazenda, elogiosa em todos os aspectos, demorou para chegar e se constitui em um paliativo. A verdade é, que estamos aguardando a presença de S. Exa. nesta Casa, para num debate franco e cordial com os Srs. Deputados, no instante desta discussão se efetue as alterações indispensáveis à Lei Orgânica do ICM. Por esta razão, ao mesmo tempo que cumprimento V. Exa. por ter participado tão grata notícia, indagaria se V. Exa. tem condições de saber se o Sr. Secretário ainda este mês estaria em condições de vir a esta Casa discutir as Emendas e introduzir as necessárias e imprescindíveis alterações na Lei Orgânica do ICM que apresenta uma série de normas e artigos que não se coadunam com a realidade e a praticabilidade de sua aplicação.

O SR. IVO THOMAZONI — Respondo reafirmando o que em meu pronunciamento havia dito anteriormente. S. Exa., quando visitado por S. Exa. o Deputado Antônio Lopes Jr. que foi à Secretaria da Fazenda representando a Comissão Especial do ICM, dispôs-se a vir a esta Casa em dia e hora a serem designados pela Comissão para aqui discutir os diferentes ângulos e aspectos da matéria.

É normal que se afirme desta Tribuna que alguns contactos iniciais previam a possibilidade da redução da multa neste caso específico, de 300 para 200 cruzeiros. Posteriormente, a Comissão democratizou-se tanto que a Emenda apresentada pretendia suprimir totalmente a sanção fiscal na ordem de 300 cruzeiros. Mas o Sr. Secretário entende e todos nós entendemos que não há uma obrigação fiscal sem que haja uma sanção para obrigar o seu cumprimento. É necessário que se estabeleçam sanções para que o contribuinte tenha mais responsabilidade.

Por estes detalhes e outros que já foram aventados aqui, o Sr. Secretário não se cansa de elogiar a compreensão dos integrantes da Assembleia Legislativa do Estado, quando esta Casa concordou que haveria de retirar as Emendas apresentadas ao Projeto para, no futuro, juntá-las num Anteprojeto e que S. Exa. haveria de discutir sua validade com os Srs. Deputados.

Esta possibilidade deverá ocorrer em dias desta ou da próxima semana, bastando que a Presidência, de comum acordo com a Comissão Especial, fixe data e hora para que o Sr. Secretário aqui compareça.

O Sr. Mauricio Fruet — Pediria a V. Exa. que, na condição de Líder do Governo na Assembleia, independentemente do trabalho que vem sendo realizado pelo eminente e digno Deputado Antônio Lopes Jr., também providencie no sentido de promover a vinda à Assembleia do Secretário da Fazenda com urgência. No mesmo tempo cobrando o compromisso assumido pelo titular da Pasta dos Negócios da Fazenda por ocasião da explanação feita nesta Casa nos instantes que precederam a aprovação da Lei Orgânica do ICM, compromisso este no sentido de que estas Emendas seriam devidamente aprovadas desde que se comprovasse a viabilidade de sua aplicação. E o que se vê e observa é que os contadores, os contabilistas do Estado do Paraná estão constantemente revoltados com uma série de problemas que vem sendo causados por esta lei que não veio absolutamente de encontro aos interesses dos contribuintes e profissionais encarregados da contabilidade do Estado do Paraná. Por esse motivo é que fazemos este apelo a V. Exa., no sentido de que também encareça junto ao Sr. Secretário, a sua vinda a esta Casa, com a maior urgência possível.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. disse que o Sr. Secretário havia se comprometido a aprovar? Parece que não. Esse compromisso assumido por



S.Exa. foi no sentido de que após o debate das Emendas e consideradas oportunas elas mereceriam naturalmente o apoio da Secretaria, aqui representada pela Bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Ms S.Exa. o Sr. Secretário foi mais longe, achá que a Lei aplicada apresentou inúmeras falhas e esta é a oportunidade para o aperfeiçoamento desse Estatuto legal, porque não só as Emendas que se encontram em debate na Comissão Especial, mas outras distorções, que a própria Secretaria observou na nova Lei e acha que ela deveria ser aperfeiçoada. Nada melhor do que encontrarmos essa solução na discussão que haverá de se processar com a presença do Sr. Secretário nesta Casa.

Cria V.Exa., existe do lado do Sr. Secretário toda boa vontade e interesse. Tão somente S.Exa. quer, antes de comparecer a esta Casa, dar uma demonstração de que é possível, por vias administrativas, também corrigir-se algumas distorções que foram consideradas pela totalidade dos Srs. contribuintes ou pela grande maioria, como abusivas, como aquela da multa de 300 cruzeiros, quando apresentada a declaração 24 horas fora do prazo.

O Sr. Maurício Fruct — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nós havíamos informado que as Emendas seriam aprovadas desde que comprovada sua viabilidade. Agora, o que nos causa uma certa estranheza, é má vontade por parte das autoridades competentes, no caso específico o Sr. Secretário da Fazenda, é que certas aberrações legais que foram constatadas já em janeiro deste ano, que foram objeto de inúmeras manifestações de Deputados nesta Assembléia, só após 9 meses de vigência da lei, é que surgiu uma atitude por parte do Sr. Secretário da Fazenda, — elogiável, diga-se de passagem — porém bem tardia, atitude essa que poderia ter sido perfeitamente adotada no início da vigência da Lei e ao se constatar essas aberrações.

V. Exa. se referiu ao prazo de entrega das guias após 24 horas do prazo. Ou então, o caso de preenchimento de guias em que um erro mecânico é punido com 300 cruzeiros de multa. Mas, esperamos que S.Exa. compareça logo para resolver de vez esse problema.

O Sr. IVO THOMAZONI — Nós não estamos há 9 meses como Líder do Governo, porém eu afirmava que com esse governo se implantou praticamente uma nova filosofia de humanização, de relacionamento entre a administração e o contribuinte, principalmente na área da fazenda. V.Exa. há de concordar, que havia um dispositivo na Lei do ICM desde 71, que também obrigava o contribuinte a determinadas exigências quanto ao prazo de entrega das guias. Com relação a fixação do quantum da multa, os senhores contadores e os próprios contribuintes não se aperceberam da necessidade que tinham de cumprir aquele dispositivo.

Com o evento da nova lei do ICM e com sua aplicação, a multa foi elevada, isto está para se comprovar com o aumento da arrecadação é com a atualização do cumprimento das dadas fatais para a entrega dessas guias.

O Sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminente líder do Governo, V.Exa. deve estar lembrado que existe, inclusive um documento a respeito da retirada das Emendas apresentadas não somente pelos representantes da Oposição nesta Casa, mas também, das Emendas, em maior número, apresentadas pelos representantes da maioria.

Houve uma ocasião em que o Governo do Estado, deparou-se com o problema da fixação da alíquota para o ano seguinte, quando então estaria sujeito o Estado do Paraná a ficar numa situação jurídica estrúxula isto é sem fixação de alíquota e quase sem poder arrecadar o ICM.

Recentemente, no atual governo do Engenheiro Emilio Gomes, tivemos notícia e constatamos que se encontrá no andamento por esta Casa um veto, que pretendemos discutir, e que diz respeito a uma de nossas Emendas, separada e apresentada como Projeto de Lei, aprovado por esta Casa. Para confessar a V.Exa., também, desconheço o motivo pelo qual a Emenda não foi incluída entre as Emendas entregues à Comissão Especial. Tendo sido galgado à posição de Secretário deixei de fazer parte da Comissão Especial. Estou fazendo este esclarecimento para ficar bem claro que não foi iniciativa minha a tramitação por esta Casa de uma Emenda como Projeto. Essa Emenda diz respeito ao direito adjetivo da legislação fiscal e o governo vetou como se se tratasse de matéria financeira. E não é. Explico que se trata apenas de uma Emenda tirando o caráter essencialmente policial da atual Lei Orgânica do ICM de vez que o atual Código do ICM estabelece a apreensão dos livros e mercadorias em quaisquer condições, contra o comerciante; desde que a autoridade fiscal o exija, ela pode promover apreensão de livros e mercadorias dos comerciantes, e nós apenas acrescentamos a esse dispositivo legal, que, a apreensão de livros e mercadorias somente seria demissível nos casos de que a infração fosse flagrante e mediante recibo aos interessados, de tudo aquilo que fosse apreendido, inclusive cópia do auto de flagrante.

O Governo, ou melhor dizendo, o Chefe do Poder Executivo vetou o Projeto dizendo que se trata de matéria financeira e que portanto ao Poder Executivo cabe a iniciativa. Nós estamos aguardando a vinda do Veto ao plano, para contestar esta assertiva; com a devida vênia, parece que elaborou em equívoco, a assessoria governamental. Não se trata de matéria financeira no caso, mas, entendemos esteja este Projeto já de seu início, sacrificado, pela falta de competência condenada pela falta de competência — apenas para fazer ver a V. Exa., que nós não estamos cobrando, de fato não estamos fazendo uma cobrança porque não se determinou quais as Emendas que seriam aceitas, mas eu posso afirmar a V.Exa. que o exemplo desta Emenda inclusive foi citado e foi unânime. Tenho a impressão que V.Exa. fazia parte de uma rede que naquela ocasião discutiu o assunto, e foi unânime a afirmação de que existiam na parte processual de legislação fiscal, lacunas que mereciam ser corrigidas.

Portanto, ficam estas considerações a V.Exa., na esperança de que, embora vetada esta Emenda, ela possa ser objeto de reexame e inclusão na Lei.

Agradeço o aparte de V. Exa., e me congratulo com V. Exa. por haver trazido informações as mais valiosas, para esta Casa.

O Sr. IVO THOMAZONI — Agradeço a V.Exa. e confesso não conhecer as razões que levaram o Executivo a vetar um Projeto de Lei de autoria de V.Exa., consequência de uma das Emendas apresentadas por ocasião da votação em Regime de Urgência, daquela Mensagem Governamental, mas, posso assegurar a V.Exa. que, do contacto que tivemos com o Sr. Secretário da Fazenda ele manifestou desejo intenso de discutir os mais diferentes aspectos das lacunas que devam ser preenchidas neste estatuto legal, e quando se falou na possibilidade de que ele deveria ampliar a área de discussão sobre a matéria, ele aquiesceu imediatamente; entendi que a maioria, ou todos os Srs. Deputados poderiam dar sugestões que poderiam aperfeiçoar este estatuto.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. na condição de Líder do Governo, permitia-me fazer algumas considerações, tendo em vista o que eu gostaria de observar ao final da decisão de determinado Projeto em tramitação nesta Casa.

O que eu temo, a diversidade de critério da assistência jurídica do próprio Governador no que diz respeito ao texto constitucional, no que se refere à iniciativa da lei. S.Exa. se refere aí, que matéria financeira deve portanto ter o seu início no Palácio Iguaçu. Encontra-se em tramitação nesta Casa, não sei se foi aprovado; Projeto de Lei de autoria de Deputados que determinam o aumento de despesas como no caso do atendimento médico hospitalar dado ao ex-Governador do Estado, e a pensão governamental.

Não sei se ela teve início no Palácio Iguaçu, ou se foi proposição de Deputado que não me lembro no momento.

O Sr. IVO THOMAZONI — Se me permitir, posso informar a V.Exa., a despesa hospitalar do ex-Governador do Estado, tem como autor um Exmo. Sr. Deputado da Bancada do MDB.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Perfeito. Quero discutir apenas o critério do Sr. Governador do Estado. Eu entendo, parta a proposta de quem partir, embora o que tenha sido aprovado seja um Substitutivo à proposta original, mas o problema é justamente quanto à origem. Entendo que é inconstitucional, aliás, de uma inconstitucionalidade elementar primária. E eu quero ver a interpretação dos juristas do Palácio Iguaçu se o Sr. Governador do Estado, não zeloso, não distinguir um direito adjetivo de substância financeira. Eu acho que S.Exa. terá maiores condições de demonstrar seu entendimento condicional, vetando e mandando uma Mensagem se ele entender que assim deva proceder. Mas a iniciativa da lei, deveria, V.Exa. há de concordar comigo, ter lugar no Palácio Iguaçu através de Mensagem Governamental como foi o caso da pensão. Gostaria de apenas lembrar a V. Exa. na condição de Líder do Governo, parece-me que a matéria suprime ainda a sanção governamental.

O Sr. IVO THOMAZONI — Perfeitamente. V.Exa. antecipou um pronunciamento do Sr. Governador do Estado que poderá quem sabe, ser contrário à matéria. Não posso fixar porquanto, não ouvi ainda de S.Exa. a posição face à matéria ainda em tramitação nesta Casa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Se V.Exa. permitir. Faço questão de ressaltar com antecedência, porque soube que o Sr. Governador teria compromisso de não vetar. E quero ver, porque é tão primária a inconstitucionalidade, se ele coloca um compromisso acima da Constituição.

O Sr. IVO THOMAZONI — Quero crer, que o Sr. Governador do Estado está sendo muito cuidadoso neste particular.

Nós já temos precedentes na história do Paraná, em que despesas desta natureza, quando pagas mediante auxílio deferido pelo Governador do Estado, de uma verba própria de gabinete sob o título "Assistência Social" deferida como hospitalar, perfeitamente legal o deferimento do auxílio e o Decreto de Lei vinculado ao pagamento de determinadas despesas hospitalares de determinadas pessoas ligadas ou não, ao Governo do Estado. S.Exa. prefere o caminho da legalidade, aquele da aprovação por esta Assembléia. Entendo, e V.Exa. tem toda razão, o vício de iniciativa a inconstitucionalidade do plano de lei, este permanece, muito embora os eminentes assessores do atual Governador considerem que a simples sanção governamental de um plano de lei, ela suprime a inconstitucionalidade. Parece também que isso é primário das diferentes escolas de Direito Constitucional que porventura a gente tenha tido a oportunidade de folhear.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V.Exa. permite um aparte?

O Sr. IVO THOMAZONI — Só para posicionar o Governo do Estado, porque poderia citar a V.Exa. inúmeros outros casos. Em diferentes oportunidades o Governador do Estado pode considerar, no interesse da administração ou contra o interesse da administração, as sanções de planos de lei que tenham muitas vezes vícios de origem. Desde que atendam os interesses administrativos podem ou devem merecer sanção em alguns casos, e veto, em outros casos, sempre mantendo como princípio aquela orientação de que a sanção supre a inconstitucionalidade.

Estou vendo que o nobre jurista, Deputado Iris Caldart não concorda comigo, mas há de me perdoar que estou aqui recebendo uma aula de Direito Constitucional, principalmente quando se fala em direito adjetivo e direito positivo ou subjetivo e direito positivo. Para mim é muito bom, me ilustra, me ensina e, quem sabe, me aperfeiçoa.

Concedo agora o aparte ao Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — Ressalto a V.Exa. que estamos justamente no início de um Governo e é importante a aferição de critérios. De fato o que V.Exa. citá aí, que é um entendimento do Palácio Iguaçu, parece que tem fundamento na súmula do Supremo, mas ocorre que o que pretendemos é verificar se S.Exa. o Governador do Estado entendeu a súmula em sua plenitude ou só no que lhe interesse, porque já estou observando que não que diz respeito à moral administrativa, S.Exa. já diverge desta Casa, porque S.Exa. vetou um Projeto de Lei que deu entrada nesta Casa, aquele Projeto que V.Exa. conhece, que proibia e vetava a participação nos lucros das Companhias de Economia Mista das quais o Estado é acionista majoritário, dos Senhores Diretores. Estamos no início de Governo e a aferição de critério é importante. Acho que se S.Exa. não vetou a proposição legal que teve iniciativa através dos Srs. Deputados nesta Casa, concedendo o pagamento das despesas hospitalares do ex-Governador do Estado, S.Exa. também não terá o direito de vetar simplesmente outra matéria que implica em despesa e que tiver sua origem na Casa. Quando ele vetar estará vetando porque não concorda. Porque parece que a súmula do Supremo, entendida "lato sensu" como V.Exa. ou o Sr. Governador poderia fazer, implica em que terá condição de validade todo o ato cuja iniciativa for viciada. Os que não validar não é por problema constitucional, emana da vontade de S.Exa. que não quer efetuar a validade. De modo que a fixação de critério é muito importante. Agradeço o longo aparte que me permitiu.

O Sr. IVO THOMAZONI — Entendo o problema, todavia me reservo o direito de concordar com o Governador do Estado quando o veto, amparado em razões dadas por S.Exa., cita a inconstitucionalidade. Ele nunca deixa de se referir ao fato de que a Proposição fere interesses da administração. Parece também que é uma norma do Governo se referir ao interesse da administração porque cabe a ele, segundo entendimento, o poder de sanção ou veto.

O Deputado Muggiati Filho estava só combatendo as razões do veto, porquanto S.Exa. teria informado o vício de iniciativa. E ele, o Deputado, entende que não houve vício de iniciativa, porquanto o Projeto de S.Exa. não aumentava a despesa do Estado, pelo contrário, restringia uma sanção estatal para aquele descumpridor de determinado dispositivo legal. Este foi o ponto fundamental abordado pelo Deputado Muggiati Filho.

Nós já passamos para outro campo, aquele que fala da competência ou não do Sr. Governador aceitar ou rejeitar proposições que tenham vícios de origem, vícios constitucionais de competência de iniciativa e que se sancionados esses vícios deixariam de existir. São dois pontos diferentes.

Não sei se interessa à administração manter um critério, uma norma ri-



gida, para esses casos. Vamos admitir para ilustração, um Sr. Deputado poderá propor a esta Casa a construção de uma ponte sobre determinado rio, em determinado traçado de estrada, que interessa à administração. Mas, há aí, um vício de competência, um vício de origem. Porque a competência é exclusiva do Executivo. Mas, existindo interesse da administração na construção daquela obra, para atender os interesses da administração, poderá S.Exa. sancionar a lei como tal. Expungiu o vício de iniciativa, o vício de origem. Se, por outro lado, é proposição da mesma natureza, mas que propõe a construção da referida ponte num rio onde o Estado não tenha interesse de ali construir, poderá o Estado considerar contrário aos interesses da administração e, como tal, vetá-la, dando tão somente a argumentação de vício de iniciativa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O Sr. Governador é um homem e a Bancada são muitos e poderão ter idéias diferentes que interessam à administração do Estado. As proposições dos Srs. Deputados chegam ao Sr. Governador após a apreciação da Casa, porém, se são inconstitucionais elas devem ser rejeitadas já nesta Casa mesmo. V.Exa. não concorda comigo?

O SR. IVO THOMAZONI — Vou confessar a V.Exa. porque me parece que a humildade e reconhecimento de um erro, engrandecem a pessoa. Quando o Sr. Governador assumiu o Governo do Estado, e me convidou para que eu, com muita honra para mim, procurasse desempenhar a função de Líder do Governo — o que honestamente não sei se estou exercendo bem ou mal, ou razoavelmente, — discutiu-se o aspecto da tramitação dos Projetos de Lei nesta Casa. Entendia S.Exa. que não ficava bem ao Governo do Estado vetar as Proposições que iam desta Casa ao Palácio Iguaçu e afirmava mesmo que poderia ferir melindres se o volume de vetos continuasse sendo aquele tão grande como tem sido constatado nos últimos governos. Portanto, no entendimento de S. Exv. era necessário que se montasse nesta Casa um dispositivo nas lideranças, com auxílio da Vice-Liderança, para que cada um atuasse numa específica Comissão Técnica, para orientar as Comissões — e a ARENA tem a maioria em todas as Comissões — no sentido de que as proposições merecessem das Comissões pareceres contrários quando inconstitucionais ou com vícios de origem. E que no Plenário se votasse pela rejeição, todos os planos de lei considerados inconstitucionais.

Na época — e daí meu erro — afirmei que não poderíamos tolher os Srs. Deputados já tão pobres de iniciativas, do direito de apresentarem e defenderem suas Proposições ou aquelas que procurassem atender áreas de sua influência, cabendo ao Sr. Governador do Estado aceitar ou não, em última instância, a argumentação do Deputado sustentada no Plenário. Disse a ele que era mais cômodo para este Poder a sequência dos mesmos hábitos, na aprovação praticamente tácita de todas as Proposições.

Isto tem ocorrido nesta Casa, com raríssimas exceções. S.Exa. curvou-se às nossas argumentações. Desde que os votos não pudessem parecer desprestígio para este Poder haveria de continuar, então, na mesma prática dos Governos anteriores. Talvez tenhamos falhado ou errado, mas podemos, a qualquer instante, mudar as regras do jogo, policiar as iniciativas, submetê-las a todos os órgãos a que elas estejam direta ou indiretamente vinculadas e ouvida a opinião do órgão emitir o parecer que, na maioria dos casos, será contrária às nossas iniciativas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). V.Exa. sabe por que me preocupo com este problema de assinatura final do Sr. Governador? É porque vai validar um ato. Isto pode ser usado contra, entendendo seja a forma rígida de interpretar a Constituição, como um veículo de política para prestigiar o ato de determinado Deputado e desacreditar, em contra partida, o ato de outro Deputado.

Porém, aceito o critério desde que seja honestamente posto em prática, mas a distorção do critério poderá trazer, esteja V.Exa. certo, implicações as mais negativas não para nós do MDB, porque não estou me referindo ao aspecto partidário da questão mas poderá traduzir-se em desprestígio de A ou B e indiretamente o prestígio de quem o Governador assim o desejar. Ele poderá dar a iniciativa de determinada lei, que seria dele, a certo Deputado para validar o ato, que seria viciado na origem, no seu final. No entanto, a iniciativa ficaria sempre pertencendo a determinado Deputado, contrariando dispositivo constitucional.

Daí, entendo, V.Exa. observe que as próprias Comissões deveriam se encarregar disto que V.Exa. propõe da Tribuna, de sanear inicialmente aqueles procedimentos, aquelas Proposições que, de início, são obstadas pelo próprio texto constitucional. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — É uma opinião válida. Até pediria, mas está ausente o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da Bancada da ARENA, que submetesse esta sugestão à Bancada. Se considerássemos a sugestão de V.Exa. como válida, não há porque não possamos partir para esta norma, até regimental. O Sr. Governador haverá de ficar bem mais tranquilo não tendo que vetar, não tendo que se submeter ao assédio dos Srs. Deputados que solicitam a sanção de planos de lei que têm vícios de origem.

O Sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Líder do Governo gostaríamos de acentuar, tendo em vista a referência feita por V.Exa., aliás sem outro objetivo que não o de prestar uma homenagem a V.Exa. porque, realmente merece, tem feito do diálogo, no exercício de sua espinhosa missão de Líder do Governo nesta Casa, um traço de união entre todas as correntes políticas que aqui militam. Esta a minha opinião, V.Exa. desempenha da melhor maneira possível essas elevadas funções.

Por isto, em face da sua autoridade moral, gostaria de ponderar, mesmo na qualidade de Líder do Governo, que observássemos e fizessemos um retrospecto da nossa atividade nesta Legislatura, para constar que, até hoje, nenhum veto do Governo. Foi rejeitado nesta Casa, através de todos os Governos que tem passado pelo Estado do Paraná, neste período.

Então, no meu entendimento eu estou de pleno acordo com V.Exa., de que se dê livre trânsito às iniciativas dos Deputados porque cada um é responsável por aquilo que assina. Pode ser aberrante a sua proposição mas, ele é responsável; desde que seja possível a tramitação, ela terá o seu destino. E nós nada mais estamos fazendo do que incentivar o Deputado a legislar, e talvez resolver um problema, muitas vezes até por vias indiretas, através de uma Proposição que apresente.

Mas há Projetos, entretanto, ou melhor dizendo, todos os Projetos que têm sido vetados tem contado com inteiro apoio da maioria desta Casa para aprovação e Veto, e consequente rejeição do Projeto.

Entendo, com a devida vênia e com o respeito que todos os meus ilustres Pares que têm assento me merecem, que, o que deveria ser examinado para que nós pudéssemos proferir um voto realmente autêntico e de acordo

com o pensamento da Casa, seriam os casos de rejeição de veto que tem passado por esta Casa muitas vezes desaparecidos e até não raro sem serem trazidos à deliberação da Casa.

Era isto o que eu queria focalizar a V.Exa., na certeza de que esta Casa contará com o apoio de V. Exa., para que se dê este caráter realmente legislativo, a esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a oportunidade que me deram neste diálogo franco e reitero, ao deixar a Tribuna, de que a matéria específica que me trouxe a esta Tribuna haverá de ser novamente debatida na Comissão Especial, com a presença dos Srs. Deputados, e no futuro, na discussão da matéria, neste Plenário. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 163-73, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria e dSgrança Pública e os Municípios ed Cascavel, Curitiba, Congoninhas, Dois Vizinhos, São Miguel do Iguaçu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26-73, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, o Centro Proccense de Combate ac Câncer Genital Feminino Dona Joana Athaide, da Cidade de Cornélio Proccópio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado. Artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à menor orfã Mônica Angélica Silveira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67-73, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, as obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na Cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo doar ao Municípios de Contenda, um (1) trator com arado marca John Deere, modelo 730-S, Série 7325945, pertencente a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-72, de autoria do Dep. Cândido M.M. de Oliveira, que cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 141-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— Com o Distrito de São Luiz D'Oeste: começa no rio Iguaçu, no ponto do travessão que divide os Quinhões n.º 2 com os Quinhões n.ºs 3 e 4 da Gleba Chopinzinho; sobe pelo travessão até encontrar o Rio Canoá; desce por este até o rio Chopinzinho; sobe pelo rio Chopinzinho até o rio Bugre; por este acima até o lagoado Camellão, continuando, por este, acima, até a linha seca da divisa do Distrito de São Luiz D'Oeste com a sede municipal.

— Com o 1.º distrito da sede municipal: segue pelo lagoado Gamellão até sua cabeceira; daí, em linha reta, passando pela cabeceira do rio Bugre, até encontrar o Lagoado Grande dos Índios; por este, abaixo, até encontrar o rio Iguaçu e por este, abaixo, até o ponto do travessão, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1972.

Cândido Manuel M. de Oliveira

#### JUSTIFICAÇÃO:

A medida que ora se propõe, decorre do fato de contar aquela localidade com as condições para se tornar Distrito Administrativo, além de constituir, ainda, justa reivindicação do seu povo. Daí esperarmos, para a aprovação deste plano de lei, com o apoio desta nobre Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### Parecer ao Projeto de Lei N.º 141-72

De autoria do ilustre Deputado Cândido Manuel M. de Oliveira, o Projeto de Lei em exame cria no município de Chopinzinho, o distrito administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica.

O projeto foi relatado anteriormente pelo eminente Deputado Paulo Camargo, cujo Parecer de Fls., foi rejeitado na Comissão. Designado que fomos para novo Parecer, e convencidos pela justificativa do autor, opinamos pela aprovação da matéria.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30.5.73.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Quilse Crisostomo da Silva — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)



## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 141-72

1 — Visa o nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, com o presente plano de lei, criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica.

2 — Esta matéria, devidamente estudada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, merece parecer favorável.

3 — Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de 08 de 1973.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual nos bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, na sede do município de Cascavel e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Rejeitado.

## PROJETO DE LEI N.º 181-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a criar um Ginásio Estadual nos bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, na sede do município de Cascavel, devendo os mesmos serem instalados para funcionamento a partir do ano de 1.973 próximo vindouro.

Art. 2.º) — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.972.

a) Odilon Reinhardt

## JUSTIFICATIVA:

É, sob todos os pontos de vista incontestável, o desenvolvimento que atravessa de alguns anos para cá o município de Cascavel e em especial sua sede.

Tal desenvolvimento deve-se naturalmente, ao grande impulso tomado pelo município nos seus mais variados meios de produção, quer no setor básico da agricultura e pecuária, quer no campo da indústria.

Tal situação, veio provocar um aumento assustador na população daquele município, que, em face de seu vasto mercado de trabalho, quer no que concerne a uma mão de obra mais especializada, quer no que se refere a um trabalho simplesmente braçal, trouxe à cidade de Cascavel populações de todo o Estado e também dos mais variados recantos do País.

É natural portanto, que para o atendimento das necessidades mais primárias dessa mesma população, viu-se o poder executivo de Cascavel obrigado a desenvolver em conjunto com o Governo do Estado, medidas que viessem suprir tais necessidades.

Contudo, em face deste aumento desproporcional de população em idade escolar, vê-se aquela cidade, necessitada da ampliação também neste setor que é fundamental ao desenvolvimento de uma juventude sadia e sequiosa de conhecimentos.

Por esse motivo, achamos por bem apresentar o presente plano de Lei, que temos a mais absoluta certeza terá o apoio total desta colenda Assembléia, bem como por parte do Executivo do Estado, para que possa o município de Cascavel e mais especialmente o Estado do Paraná forjar homens com condições de dirigir o Brasil de amanhã.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 181-72

## PARECER

De autoria do Deputado Odilon Reinhardt, o projeto visa a criação de ginásios em dois bairros da cidade de Cascavel.

O projeto, se bem que verse matéria de alta relevância para o município, invade competência exclusiva do Governador, quanto à iniciativa, segundo estabelece expressamente a Constituição Estadual, nos arts. 25, § 1.º, 35 e 47.

Por ser manifestamente inconstitucional, opino pela rejeição da matéria.

Sala das Comissões, em 9-5-73

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

## PARECER DA

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

## AO PROJETO DE LEI N.º 181-72

Pretende o nobre Deputado Odilon Reinhardt através do Projeto de Lei em análise, autorizar o Poder Executivo a criar um ginásio estadual nos bairros Alto Alegre e São Cristóvão, no município de Cascavel, respectivamente e para funcionarem no presente ano.

A douda Comissão de Constituição e Justiça manifestando-se sobre a sua legalidade opinou pela sua rejeição.

Contudo, sendo projeto meramente autorizatório esta Comissão considerando o seu mérito opina pela sua APROVAÇÃO, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.973.

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

## EMENDA SUBSTITUTIVA

## AO PROJETO DE LEI N.º 181-72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um ginásio estadual nos bairros de Alto Alegre e São Cristóvão respectivamente, na sede do município de Cascavel, para funcionamento no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1.973.

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

(Assinatura ilegível) — Relator

## PARECER

## COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 181-72, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual nos bairros de Alto Alegre e São Cristóvão, respectivamente, na sede do município de Cascavel, Pr.

2. Nos Autos, da douda Comissão de Constituição e Justiça, em R. Parecer de fls., optou pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei em análise, por entender vulnerados os Artigos 25, § 1.º, 35 e 47, da Constituição Estadual, que deferem ao Governador do Estado iniciativa de criação de estabelecimentos de ensino público.

3. Não obstante aquela iniquação, a douda Comissão de Instrução Pública, em R. Parecer de fls., definiu-se pela aprovação do Projeto de Lei em análise, apresentando, no entanto, para melhor atendimento da técnica legislativa, emenda substitutiva, conforme se vê às fls., dos Autos.

4. Parece, a esta Comissão de Finanças, que a boa doutrina está com a douda Comissão de Instrução Pública, que não vê impedimento para aprovação do Projeto de Lei em testilha, vez que o mesmo sendo apenas autorizatório não implica em obrigatoriedade nem em compulsoriedade de seu cumprimento pelo Poder Executivo, não havendo, pois, como invocar-se óbice constitucional intransponível.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 1973

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do Dep. Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5-11-63. (Pensão viúva suplentes Deputados). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. — EM REGIME DE URGENCIA.

## PROJETO DE LEI N.º 144-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo único do Artigo 1.º (Primeiro), da Lei n.º 4.763 de 5-11-63, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único”: — Não terá direito a este subsídio a viúva do suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido, por tempo superior a seis meses consecutivos ou doze meses alternados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de... de 1.973

Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares

## JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei, ora apresentado à apreciação da Casa, visa corrigir verdadeira injustiça inserta na Lei n.º 4.763, de 5-11-63, quando exclue do benefício as viúvas dos Suplentes que hajam assumido, por períodos intercalados, por tempo superior ao fixado na referida Lei. A preocupação do legislador deve, sempre, revelar o propósito de corrigir distorções altamente injustas. No caso, a redação pretendida ao parágrafo declinado tem por escopo extender o direito a recebimento de pensões às viúvas dos senhores suplentes que assumiram e realmente contribuíram para o engrandecimento desta Casa e do próprio Estado. Por representar iniciativa justa e humana, espera o autor mereça o Plano de Lei a aprovação deste Poder e sanção governamental.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## AO PROJETO DE LEI N.º 144-73

## PARECER

1 — O nobre Deputado Luiz Roberto Soares é o autor do Projeto de Lei n.º 144-73, ora submetido à apreciação desta Comissão e que visa a dar nova redação ao parágrafo único, — do Art. 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1.963, que trata da concessão de pensão mensal às viúvas de ex-Deputado Estadual.

II — A nova redação proposta para o parágrafo torna menos rígidas as condições para que as viúvas de suplentes de Deputado que hajam efetivamente exercido o mandato na Assembléia Legislativa, possam ser contempladas com o benefício.

Por isso, no mérito, somos totalmente favoráveis à proposição.

III — Apenas, desejamos introduzir, sob a forma de Substitutivo, uma correção de ordem técnica no Projeto em exame.

É que, até aqui, na concessão de pensões às viúvas de ex-Deputado Estadual, vinha sendo dada aplicação à Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1.963, quando o certo é que se acha em vigor a Lei n.º 54-63, de 22 de novembro de 1.963, promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa e abrangendo não só toda a matéria contida na Lei anterior, mas, ainda, estendendo a concessão de pensões de igual quantum às viúvas de ex-Presidentes, Interventores e Governadores do Paraná.

Assim, parece-nos que a nova redação deve ser dada ao parágrafo único do Art. 1.º, da Lei n.º 54-63 e não ao da Lei anterior, que foi, evidentemente, revogada pela posterior.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.973

aa) Antônio Costa — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Ivo Tomazoni — Erondy Silvério — Antônio Lopes Júnior — Igo

Losso — Sebastião Rodrigues Júnior

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º — O parágrafo único do Artigo 1.º da Lei n.º 54-63, de 22 de novembro de 1.963, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único — Não terá direito ao benefício de que trata este Artigo a viúva de Suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido o exercí-



cio do mandato por tempo igual ou superior a seis (6) meses consecutivos, ou doze (12) meses alternados”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.973

aa) Antônio Costa — Presidente  
Ovidio Franzoni — Relator

**LEI N.º 54-63**

(Publicada no Diário Oficial n.º 226, de 6-12-1963).

DATA: 22 de novembro de 1.963.

SÚMULA: Concede à viúva de ex-Deputado Estadual pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 27, § 4.º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de ex-Deputado Estadual, pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo Único — Não terá direito a esse benefício, a viúva de suplente de Deputado, salvo se estiver assumido em razão de extinção ou perda do mandato de titular.

Art. 2.º — O benefício de que trata o art. 1.º, desta Lei, é extensivo às viúvas de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

Art. 3.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei, desde que de quantum inferior, as pensões já concedidas por Lei às viúvas referidas no art. 1.º.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado.

Parágrafo Único — Cessarão os benefícios desta Lei à viúva que adquirir novo estado civil.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei, correrá à conta da verba própria da Secretaria da Fazenda, destinada a pensionistas do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1.963

a) Agostinho Rodrigues — Presidente

**LEI N.º 4.763**

DATA: 5 de novembro de 1.963

SÚMULA: Dispõe sobre concessão de pensão mensal à viúva de Deputado Estadual.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida à viúva de Deputado Estadual pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios.

Parágrafo Único — Não terá direito a esse subsídio a viúva do suplente de Deputado, salvo se este tiver assumido, em razão de extinção ou perda de mandato do titular, por tempo superior a seis (6) meses consecutivos.

Art. 2.º — São elevadas para o valor fixado nesta Lei desde que o quantum inferior, as pensões já concedidas por Lei às viúvas referidas no Art. 1.º.

Art. 3.º — As pensões mensais concedidas às viúvas de Deputados Estaduais ficam mantidas em seus atuais valores desde que de quantum superior ao fixado pela presente Lei.

Art. 4.º — Por falecimento da beneficiária, ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes e das filhas solteiras sem rendimento próprio enquanto permanecerem neste estado.

Art. 5.º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da verba própria da Secretaria da Fazenda.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 5 de novembro de 1.963

aa) Ney Braga

Algacyr Guimarães

(Publicada no Diário Oficial n.º 202, de 7-11-1.963.)

**P A R E C E R  
COMISSÃO DE FINANÇAS**

1 — Trata os Autos de Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, “que dá nova redação ao Parágrafo Único, do Artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1.963.

2 — Pronunciando-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça entendeu oferecer EMENDA GERAL SUBSTITUTIVA, porquanto verificou estar em vigor diploma legal diverso do qual cuja redação à proposta a modificação do Parágrafo Único, do Artigo 1.º, como se vê às fls., na cópia de inteiro teor da Lei n.º 54-63, de 22-11-63, dos Autos.

3 — Isto posto e tendo-se em vista o real sentido social do Projeto de Lei em análise e mais, que as implicações de ordem financeira se aprovado, serão as naturais decorrentes de tal tipo de proposição não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei já referido, nos termos de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1.973.

aa) Quielise Crisóstomo — Presidente

João C. Fadel — Relator

Wilson Fortes — Alvaro Dias

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por cinco Sessões, o Projeto de Lei n.º 144-73. — Aprovado o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Lázaro Pierro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 164-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela realização em Curitiba, da 1.ª Convenção de Emissoras de Rádio do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da reportagem publicada no jornal “Diário do Paraná”, DP-Especial sob o título “Na Rua, Dona Rosa gritava, sua Casa estava em Chamas”, e elogio especial a Roberto Teixeira de Freitas, Saulo José da Silva, José da Sila e João José Werzbitzki, autores do ato humanitário. — Aprovado. (A Reportagem a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 199-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 197-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão composta por três Srs. Deputados, para representar esta Casa no 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, a realizar-se em Londrina. — Aprovado.

A Mesa designa os Srs. Deputado Olavo Ferreira, Antônio Lopes Júnior e Muggiati Filho para constituírem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal “O Progresso Regional”, de Cambará. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos e congratulações aos Srs. Governador do Estado e Ministro dos Transportes, pela inauguração, nesta data, do trecho Apucarana-Mauá, da Estrada de Ferro Central do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo providências imediatas a fim de sanar as dificuldades em que se encontra o Grupo Escolar Newton Guimarães, da cidade de Londrina. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, à Hora Regiamental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 26-73, 65-73, 67-73, 103-73 e 170-73.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-72.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-72.

Levanta-se a Sessão.

**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, EM SESSÃO REALIZADA EM  
9 DE OUTUBRO DE 1973.**

**D. P. ESPECIAL**

**“NA RUA, DONA ROSA GRITAVA. SUA CASA ESTAVA EM CHAMAS**

Enquanto os bombeiros não chegavam, o fogo consumia a casa de dona Rosa que, desesperada, tentava encontrar auxílio na rua. Um Gálgie quase a co-lheu. Foi aí que Roberto, Saulo, Neném e o autor desta reportagem — João José Werzbitzki — entraram em cena. As fotos são de Jorge Ney.

Passava das nove horas da noite de sábado passado. Uma senhora idosa atravessou a avenida João Gualberto, aturdida, tonta, sem prestar o mínimo de atenção para os carros que vinham, nos dois sentidos. Um Gálgie parou, quase em cima dela. Ela gritava, mas ninguém lhe deu atenção, e o carro prosseguiu seu caminho.

Eu e Saulo, meu amigo, estávamos parados conversando no ponto de ônibus que se localiza quase no encontro da João Gualberto com a Rua Fontana. Minutos antes eu havia comentado com ele o cheiro de queimado que pairava no ar.

Ela chegou até nós, e com lágrimas de desespero nos olhos, disse: “Fogo, fogo na minha casa”. Ficamos aturdidos. Olhamos para o outro lado da rua e vimos a fumaça que saía da velha casa de madeira. Corremos, atravessamos a rua e chegamos à casa. Labaredas já saíam pela porta lateral da casa, e por ela não dava para entrar. Nisso, Roberto e Neném surgiram, os dois são colegas que estavam na casa de Saulo. Tentaram arrombar a porta, a portapés. Não conseguiram e desistiram.

Tentei, chutei-a com todas as minhas forças, e senti que ela cedia. Dois, três, quatro chutes e ela se partiu ao meio. Entramos. Não se enxergava nada, aquela parte da casa estava às escuras, enquanto o outro extremo da casa ardia em chamas. Perguntamos a uma das duas senhoras, que se apressavam em retirar umas roupas da casa, se havia mais alguém lá dentro. Elas murmuravam algo que não entendíamos, não se sabia se havia alguém dentro da casa, ou não.

Gritos, lá fora da casa, na rua a mãe de Saulo e suas irmãs gritavam. O fogo estava alto e atingia aos fios de alta tensão que poderiam arrebentar e atingir a nós quatro. Saulo Roberto Nemem e eu, que estávamos dentro da casa.

Saímos. Os bombeiros já tinham sido chamados por Nenem. De repente surge na janela do andar superior um homem de seus 45 a 50 anos. Ele jogava colchões para baixo, através da janela. Antes que alguém pudesse chegar perto onde ele havia jogado os colchões ele se atirou da janela, e se estatelou no chão. Recolhemos o homem e o conduzimos para a rua. Perguntamos a ele se havia mais alguém dentro da casa. Ele só gemia. Balbuciou algumas palavras.

— A dona Rosa e a criança.

Desespero. Roberto saiu correndo e entrou na casa em chamas. Gritos. Saulo foi atrás, enquanto eu segurava sua irmã que queria ir atrás dele. Saulo saiu da casa.

Segundos depois surge Roberto com uma criança nos braços, e a joga para



Nemém e eu que a aparamos. Havia mais um homem junto, mas depois ele sumiu e ninguém o conhecia.

Roberto não saía da casa, e muita gente gritava pelo seu nome, sem que ele atendesse. Fui até a frente da casa ajudar, junto com o Saulo a colocar o homem no carro ele fraturou a perna e a bacia.

Roberto não atendia. Entrei na casa, ele podia ter sido intoxicado pela fumaça e eu precisava ajudá-lo. O calor das chamas era insuportável, joguei um fogão a gás e um bujão para fora, pois poderia haver uma explosão. Tentei subir ao andar superior mas as chamas tomavam conta dela, e eu não podia subir.

Eu não sabia que Roberto já tinha saído da casa, e estava desesperado. Não podia fazer nada. Senti que o teto não ia aguentar muito e que iria desabar a qualquer momento. Abri uma janela, que já estava pegando fogo e pulei. A altura da janela ao chão deve ser de uns dois metros e meio. Rolei pelo chão úmido. Pulei o muro para o terreno vizinho e antes de chegar ao chão dei com a testa num fio de arame que estava estendido. Cai sentado completamente tonto.

Ouvi os bombeiros que chegavam enquanto o telhado da casa desabava. Levantei-me e tomei o rumo da rua. Muitas pessoas estavam no quintal onde eu havia pulado, pois ali, numa outra casa de madeira moravam 2 velhinhos que estavam dormindo e o fogo ameaçava também na casa deles.

Saí para a rua e encontrei surpresa, o Roberto. Minha testa latejava. Mas não me importava Roberto tinha conseguido sair. Deus é justo, não iria deixar que ele morresse, depois de salvar vidas.

Juntos, atravessamos a rua e ficamos a apreciar o trabalho dos bombeiros tentando salvar alguma coisa do que ainda restava e isolando as casas ao lado da que ardia em chamas do perigo de um incêndio.

Roberto notou depois que havia perdido o seu relógio novo, ao pular a janela. "Mas não importava a vida vale mais que um simples relógio", comentou. Sentamos ao meio-fio, contentes por termos feito nós quatro algo de util uma ação humanitária.

Nem tinha me lembrado de telefonar ao jornal para pedir fotografias e espaço para matéria. "Não dava mesmo para pensar nisso", comentou Saulo. Conversamos sobre tudo que tinha acontecido e eu disse que iria escrever tudo ao jornal. Roberto pediu que eu não publicasse o nome dele, mas eu expliquei que ele era o personagem principal deste drama real que não aconteceu todos os dias e que sem ele a matéria perderia o seu objetivo. Ele concordou.

O nome completo do Roberto. — Saulo e do Nemém, para que a comunidade paranaense sinta que os jovens também dão a sua contribuição enfrentando riscos de vida. São Roberto Teixeira de Freitas, Saulo José da Silva e o Sávio José da Silva (Neném).

O nome completo dos meus amigos é: Roberto Teixeira de Freitas, Saulo José da Silva e Sávio José da Silva (Neném). Eles, junto comigo mostraram que a juventude de Curitiba, não fica só de braços cruzados vendo as coisas acontecerem. A gente participa e ajuda se puder mesmo que se corra o risco de perder a própria vida. Nós nos sentimos bem com o que fizemos é isto o que importa".

#### Comissão Parlamentar de Inquérito — DETRAN 7.ª Legislatura — 3.ª Sessão Legislativa

Aos vinte e um dias do mês de agosto de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no DETRAN. Registradas as presenças dos Senhores Deputados: Ovidio Franzoni Presidente; Paulo Camargo, Vice-Presidente e Luiz Roberto Soares Relator. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, dizendo da finalidade da presente reunião, qual seja a de ouvir os depoimentos dos Senhores Bruno Vaz de Castilho e Gabriel Lebois. A seguir, foi chamado o Sr. Bruno Vaz de Castilho para depor perante a Comissão, a quem o Sr. Presidente compromissou na forma da Lei, solicitando ao depoente que se identificasse.

— Bruno Vaz de Castilho, sócio de Castilho Ltda., Revendedora Suzuki. Idade 31 anos, casado advogado residente à Rua Presidente Faria 175; nesta Capital.

Pedindo a palavra, o Deputado Luiz Roberto Soares indaga se foram feitos dois editais no que diz respeito a esta licitação e se um deles ficou realmente sem efeito. O Sr. Bruno Vaz de Castilho responde que o edital 4-72 tratava da aquisição de vinte motocicletas, mais cinco e mais cinco, sendo aprovada e aberta a concorrência pública. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se foi esta a primeira licitação; sendo afirmativa a resposta. O Deputado Luiz Roberto Soares prossegue perguntando se a licitação foi concluída. O Sr. Bruno Vaz de Castilho responde que indo ao DETRAN para saber do resultado, foi encaminhado ao Sr. Lauro Ribas, por ser ele a pessoa indicada e que estava a par do assunto. Voltando ao DETRAN dias depois, foi informado que a Comissão ainda estava julgando o caso, embora as propostas tivessem sido abertas no dia, em frente às pessoas que lá estavam, para que fosse julgada a proposta mais conveniente. Disse ainda o Sr. Bruno Vaz de Castilho que ficou aguardando o resultado da concorrência e, embora não obtivesse resposta alguma, não tomou ciência de seu cancelamento, até sair o segundo edital de 22 e 24 de dezembro de 1972. Este tratava de uma tomada de preços para a aquisição de veículos auto-motores, não mencionando diretamente — o termo "Motocicleta". Esclareceu então o Sr. Lauro Ribas que, como "auto-motores" não é sinônimo de "motocicleta" e, como desconhecia o resultado da primeira concorrência, não tomou ciência do aludido edital. Prosseguiu dizendo que no dia 28.12.72, um telefonema do DETRAN solicitava o comparecimento de um elemento credenciado da Castilho Ltda., para que fosse aquele órgão apanhar o edital. Dirigindo-se ao DETRAN foi informado de que acabara de ser realizada a concorrência e, perguntando ao Sr. Lauro Ribas se outras firmas haviam participado da mesma, este respondeu que apenas a HONDA. O Deputado Lauro Roberto Soares indaga sobre a tomada de preços de 22 de maio. O Sr. Bruno Vaz de Castilho diz não haver participado desta pelo seguinte: — O DETRAN em cinco motocicletas de 60 a 70 HP, de 8 mil rotações e motor de 4 tempos, tipo policial de 45 a 50. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se as tomadas de preços 4-72 e 85-73 com as especificações exigidas é comum a todas as marcas. Em resposta, o depoente esclarece que tais características definem apenas a HONDA. O Deputado Luiz Roberto Soares solicita esclarecimentos sobre se o sistema, a potência entre 30.45, a rotação 10 mil e outros tempos definem a motocicleta. O Sr. Bruno Vaz de Castilho responde afirmativamente.

O Deputado Luiz Roberto Soares diz que considera relevante em razão dos fins a que se destina, mas quer saber se estas duas marcas poderiam satisfazer plenamente. O Sr. Bruno Vaz de Castilho responde que sim, uma vez que toda a indústria está fornecendo máquinas para determinados usos e o caso aqui seria para uso policial. O Deputado Ovidio Franzoni indaga se existe alguma

corporação usando estas máquinas para este fim. O Sr. Bruno Vaz de Castilho informa que São Paulo tem mais de cento e quarenta motocicletas SUZUKI tipo policial e que o Rio, está dependendo de confirmação. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se através de catálogos seria possível documentar que as especificações alinhadas na tomada 85-73 podem comprovar que só a HONDA poderia satisfazer aquelas exigências. O depoente responde afirmativamente. O Deputado Luiz Roberto Soares solicita ao Sr. Castilho, um catálogo de sua firma para mostrar que o mesmo não satisfaz. O Sr. Bruno Vaz de Castilho diz que possui um catálogo completo de todas as máquinas, sendo que ali não consta especificamente a expressão "veículo policial", uma vez que são os mesmos usados para passeio, com alguns acessórios especiais. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se na licitação de 22.12.72 só entrou a HONDA. O Sr. Bruno Vaz de Castilho responde que a 4-72 não chegou a solução alguma e que na de 22.12.72 só participou a HONDA e aí estão as motocicletas. O Deputado Luiz Roberto Soares quer saber se nesta houve especificação do Departamento Estadual de Compras. O depoente informa desconhecer o assunto. O Deputado Luiz Roberto Soares diz que o edital 85-73 estava acompanhado de um formulário do DEC com algumas especificações. O Sr. Bruno Vaz de Castilho argumenta que no primeiro edital falavam em motocicleta e neste colocaram "Veículos auto-motores" e, como já dissera anteriormente tanto um trator como uma motocicleta são veículos auto-motores. O Deputado Ovidio Franzoni agradece a gentileza do comparecimento do Sr. Vaz de Castilho, acrescentando que a Comissão dá-se hoje por satisfeita. Retira-se o depoente. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente solicita o comparecimento do Sr. Gabriel Lebois, a quem pede que se identifique.

— Gabriel Lebois 40 anos, desquitado, endereço Marechal Floriano 174? — RETIPAR.

O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se a firma representada pelo depoente participou das três licitações feitas pelo FUNRESTRAN para aquisição de veículos auto-motores. O Sr. Gabriel Lebois responde que participou da primeira 4-72 que não chegou a resultado algum; de outra no dia seis de junho do ano em curso; devendo ainda participar de uma terceira a ser realizada amanhã. O Deputado Luiz Roberto Soares indaga se ele participou da 85/1973. — O Senhor Gabriel Lebois respondeu que só participou na do dia seis de junho. O Deputado Luiz Roberto Soares indaga se apresentou proposta e se foi classificado. O Sr. Gabriel Lebois responde que tendo as especificações solicitadas apresentado e ganhou por preço, sendo todavia anulada como aconteceu com a 4-72. O Deputado Luiz Roberto Soares diz que a 22.12.72 os jornais publicaram um edital de tomada de preços para aquisição de veículos auto-motores, perguntando se a firma ali representada pelo depoente tomou parte. O Sr. Gabriel Lebois responde que não teve conhecimento e além do mais, mesmo que houvesse sabido dificilmente se apanharia do fato pois esta falava em veículos auto-motores, o que não significa que se tratasse de motocicleta. O Deputado Luiz Roberto Soares diz que a 22.05.73 houve nova licitação através da tomada de preços 85-73 que deveria ser encerrada a 03 de junho. O Sr. Gabriel Lebois diz haver participado desta sendo acolhida sua proposta; mas a concorrência foi anulada. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se foi feita nova concorrência e aberta nova licitação com as mesmas especificações. O Sr. Gabriel Lebois informa que aumentaram as especificações para 8 mil rotações por minuto 4 tempos; ficando ainda que davam preferência às máquinas de 4 tempos. O Deputado Luiz Roberto Soares indaga se todos os fabricantes tem essa máquina. O Sr. Gabriel Lebois informa que apenas a YAMAHA e a HONDA sendo que as outras são de dois tempos. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se o depoente conhece os motivos que determinaram a anulação da 85-73. O Sr. Gabriel Lebois diz que não sabe ao certo, mas ouviu dizer que o fato ocorrera em razão da existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para averiguar a respeito da primeira licitação. O Deputado Ovidio Franzoni pergunta sobre a última licitação. O Sr. Gabriel Lebois diz que telefonando ao DETRAN para saber do resultado foi informado de que havia sido anulada para evitar problemas, mas uma vez que uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigava sobre a anulação da primeira licitação. Informaram ainda que dentro de trinta ou quarenta dias seria anunciada uma nova tomada de preços. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se a firma em que trabalha o depoente participou da tomada de preços de 22.12.72 e se esta pedia maior detalhamento. O Sr. Gabriel Lebois respondendo, diz não haver participado e quanto ao detalhamento não sabe dizer, pois não recebeu o edital. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta quantas unidades estão previstas para compra na concorrência de amanhã. O Sr. Gabriel Lebois diz: 5-750; 5-500; 20-350; 47 de 90 a 195. O Deputado Ovidio Franzoni indaga quanto a especificação na licitação, se o depoente também confirma que somente a HONDA teria aquelas máquinas. O Sr. Gabriel Lebois em resposta, diz que telefonando para São Paulo a fim de obter dados necessários com o Gerente de Vendas da YAMAHA, este disse textualmente:

— "Voce está descrevendo a HONDA".

Ao que o depoente acrescentou — a licitação é esta. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta para a concorrência, qual o fator que consideramos como melhor proposta. O Sr. Gabriel Lebois informa que não disseram. O Deputado Ovidio Franzoni informa que a Comissão dá-se por satisfeita no momento. O Sr. Gabriel Lebois pergunta se pode acrescentar mais alguma coisa. E, ante a aquiescência dos Senhores Deputados, indaga se os mesmos tomaram conhecimento da publicação feita pelo DETRAN nos jornais da capital. O Deputado Ovidio Franzoni diz que vai mandar extrair cópia do texto para juntar ao processo. O Deputado Luiz Roberto Soares pergunta se com relação à notícia publicada no Diário do Paraná, em 14.06.73, referente à licitação da compra de motocicletas pelo FUNRESTRAN, o depoente tem alguma observação a fazer. O Sr. Gabriel Lebois diz que sim e faz as seguintes observações:

1 — Fomos participantes da Tomada de Preços 04-72 e cotamos os três (3) itens pedidos e não apenas um (1) como notícia o jornal.

2 — O jornal de qualquer forma, nos aponta como vencedores da concorrência no que se refere ao item que declara expressamente termos cotado.

3 — Foi feita realmente uma segunda chamada, para veículos auto-motores, a qual passou despercebida, pois esperávamos uma chamada para MOTOCICLETAS especificamente. O próprio jornal declara que na primeira licitação estavam incluídos outros veículos e que por estar ultrapassando limites, resolveu-se dividir a licitação em duas, uma das quais referia-se apenas a MOTOCICLETAS. Lógico era de se esperar uma licitação para veículos auto-motores e outra para motocicletas.

4 — Realmente, veículos automotores abrangem motocicletas, genericamente. Mas, abrange também "bicicletas motorizadas" e se fosse o caso ninguém se lembraria de cotar por passar despercebido a um possível interessado.

5 — Não recebemos telefonema de ninguém convidando para participar na licitação, a afirmação do jornal é gratuita.



6 — O jornal pressupõe ao afirmar: "participou a HONDA somente; as demais por saberem que seus preços eram mais altos, não quiseram participar". Tinhamos, pelo contrário, muito interesse em participar pois havíamos ganho a primeira licitação e pretendíamos tentar a segunda.

7 — Já que o jornal cita números vamos a eles:

**1 — TOMADA DE PREÇOS N.º 04-72 — COTAÇÃO DOS ITENS A, B e C EM CRUZEIROS**

Preço das motocicletas em SANTOS-SP.

a) 20 motos 350cc YAMAHA Cr\$ 4.315,50 cada, total .....	Cr\$ 86.310,00
b) 5 motos 750cc YAMAHA Cr\$ 5.548,50 cada, total .....	Cr\$ 27.742,50
c) 5 motos 750cc YAMAHA Cr\$ 4.548,50 cada total .....	Cr\$ 22.742,50

**TOTAL Cr\$ 141.795,00**

Continuando, o Sr. Gabriel Lebois, diz que foram cotados 750cc no lugar de 500cc no item "b", por não possuírem disponíveis na ocasião. Mesmo assim a 750cc saiu mais barata. Como se pode verificar, nossos preços são melhores que os da concorrência, tanto individual como globalmente.

**2 — DESPESAS DE FRETES E DESPACHOS ADUANEIROS:**

a) 20 motos 350cc YAMAHA Cr\$ 474,70 cada, total .....	Cr\$ 9.494,00
b) 5 motos 750cc YAMAHA Cr\$ 598,00 cada total .....	Cr\$ 2.990,00
c) 5 motos 750cc YAMAHA, Cr\$ 598,00 cada total .....	Cr\$ 2.990,00

**TOTAL Cr\$ 15.474,00**

**3 — DESPESAS DE MANUTENÇÃO NACIONAL.**

a) 20 motos 350cc YAMAHA, Cr\$ 430,00 cada total .....	Cr\$ 8.600,00
b) 5 motos 750cc YAMAHA Cr\$ 550,00 cada, total .....	Cr\$ 2.750,00
c) 5 motos 750cc YAMAHA Cr\$ 550,00 cada total .....	Cr\$ 2.750,00

**TOTAL Cr\$ 14.100,00**

Somando os itens 1, 2 e 3 temos:

1 — Cr\$ 141.795,00
2 — Cr\$ 15.474,00
3 — Cr\$ 14.100,00

**T. Geral: Cr\$ 171.369,00**

Convém observar que em novembro de 1972 um dólar custava Cr\$ 6.165.

O Senhor Presidente agradece a presença do senhor Gabriel Lebois dizendo que se necessário ele será chamado novamente para ser ouvido. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Elcy Silva Batista, na qualidade de secretária lavrei a presente ATA que após lida e aprovada será assinada pelos senhor Presidente, senhores deputados, depoentes e por mim secretária, para que a mesma produza os efeitos legais.

- a) OVIDIO FRANZONI — Presidente
- a) PAULO CAMARGO — Vice-Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator
- a) GABRIEL LEBOIS — Depoente
- a) BRUNO VAZ DE CASTILHO — Depoente
- a) ELCY SILVA BATISTA — Secretária

**Ata da Comissão de Orçamento**

Aos três dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e três às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Orçamento sob a presidência do Deputado Ovidio Lopes Franzoni, registrando-se as seguintes presenças: Dep. Francisco Borsari Neto; Fabiano B. Cortes; Erondy Silvério; Xenofonte Villanueva; Antonio Franco Ferreira da Costa e Antonio Lopes Júnior. Havendo numero legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, comunicando o recebimento dos Projetos de Lei 213-73 e 224-73, oriundos das Mensagens 78-73 e 83-73 que tratam do Orçamento Plurianual de Investimentos e Orçamento Geral do Estado, respectivamente. Fazendo uso da palavra, o Deputado Fabiano Braga Cortes diz que a princípio não havia aceito sua indicação para integrar esta Comissão, mas em virtude da solicitação de seus companheiros componentes da mesma, resolveu reconsiderar sua atitude. A seguir o Senhor Presidente convoca nova reunião para a próxima terça-feira dia nove do corrente, às dezesseis horas quando serão designados os relatores das matérias em pauta. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

- aa) OVIDIO LUIZ FRANZONI — Presidente
- ELCY SILVA BATISTA — Secretária